

GRAN

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2506189135M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Polícia Federal

PF

**CARGO:**

Delegado

**MODELO/BANCA:**

Cebraspe

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

6/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

6/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## PF - 2º SIMULADO - DELEGADO (PÓS-EDITAL)

### Noções de Direito Administrativo

Vinicius Marques

Sobre os poderes administrativos e seus limites, julgue o item a seguir.

- 1 O poder discricionário permite à Administração Pública afastar-se da legalidade estrita, adotando decisões que melhor atendam ao interesse público, ainda que em desconformidade com os princípios gerais da administração, desde que não haja desvio de finalidade.

A respeito das espécies de agentes públicos, julgue o item a seguir.

- 2 Luther Stickell, ex-agente da ABIN, durante uma operação sigilosa de cooperação com a Polícia Federal, age em conjunto com policiais federais, sem vínculo formal com o Estado, mas praticando atos típicos de agente público, como abordagens, lavratura de autos e condução de pessoas à delegacia. Nessa hipótese, Luther é considerado agente de fato, sendo válidos os atos que praticar perante terceiros de boa-fé.

Acerca da teoria dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

- 3 Durante uma investigação interna, constatou-se que o Delegado John McClane assinou uma portaria instaurando sindicância disciplinar em desfavor de servidor já falecido. Embora eivada de vício quanto à inexistência do objeto, a Administração pode convalidar o ato, desde que isso atenda ao interesse público e respeite os princípios da razoabilidade e da autotutela.

Julgue o item a seguir, relativo aos atos administrativos e ao controle de sua legalidade.

- 4 A Administração Pública possui competência discricionária para revogar seus próprios atos, ainda que esses atos tenham gerado efeitos concretos e direitos adquiridos ao administrado, desde que não haja vício de legalidade.

A respeito do poder de polícia administrativa, julgue o item a seguir.

- 5 O agente público John Castilho, em exercício na vigilância sanitária federal, interditou preventivamente o laboratório de uma multinacional por risco grave à saúde pública, sem ordem judicial e antes de instaurado processo administrativo. Nessa situação, a conduta é legítima, pois o poder de polícia permite atuação imediata e coercitiva para prevenção de danos, mesmo antes do contraditório e da ampla defesa.

Acerca dos critérios utilizados para a definição do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 6 A adoção do critério do sujeito, que identifica o Direito Administrativo a partir da atuação do Estado como sujeito da relação jurídica, é compatível com a concepção jurídico-constitucional atual, pois permite incluir na noção de função administrativa os atos praticados pelos entes estatais, independentemente de sua natureza ou finalidade.

Com relação ao objeto do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 7 O objeto do Direito Administrativo restringe-se à disciplina jurídica das atividades da Administração Pública direta, não abrangendo as atividades desempenhadas pelas entidades privadas que exercem funções públicas por delegação do Estado.

Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 8 A jurisprudência constitui fonte formal imediata do Direito Administrativo, possuindo força vinculante em todos os seus pronunciamentos, inclusive os não dotados de efeito vinculante expresso, como os precedentes proferidos em casos repetitivos ou com repercussão geral reconhecida.

Acerca dos princípios que regem a Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 9 O princípio da impessoalidade impede que o agente público utilize a máquina administrativa para promover sua imagem pessoal, mesmo que os atos praticados tenham finalidade pública, sendo vedada a vinculação de programas e campanhas institucionais à identidade de autoridades ou servidores públicos, conforme consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Acerca do conceito e da classificação dos órgãos públicos, julgue o item a seguir.

- 10 Michael B. Jordan, nomeado para cargo comissionado de direção na Secretaria de Segurança Pública de determinado Estado, propôs a criação de um novo setor subordinado à sua chefia imediata, com autonomia técnico-administrativa, estrutura própria e previsão orçamentária específica. Diante disso, propôs que tal setor fosse reconhecido como órgão público autônomo. Nessa situação, embora o setor possua estrutura e competências próprias, não pode ser classificado como órgão autônomo, pois apenas os órgãos que se situam na cúpula da Administração — como Ministérios ou Secretarias de Estado — é que recebem tal classificação, conforme a doutrina majoritária.

Acerca da estrutura da Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 11 As entidades da administração indireta, embora possuam personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, permanecem vinculadas ao ente da administração direta que as criou, estando sujeitas à supervisão ministerial ou tutela administrativa, a qual pode abranger aspectos de legalidade e de mérito dos atos administrativos praticados.

Acerca do conceito de serviço público no âmbito do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 12 Serviço público, na concepção jurídico-administrativa adotada pelo ordenamento brasileiro, compreende toda atividade material prestada pela Administração Pública ou por seus delegatários, sob regime predominantemente público, destinada à satisfação direta de necessidades coletivas, ainda que possua natureza econômica e seja explorada em regime concorrencial.

Acerca do conceito jurídico-administrativo de serviço público, julgue o item a seguir.

- 13** A titularidade dos serviços públicos, mesmo quando delegada à iniciativa privada por meio de concessão, permissão ou autorização, permanece com o Estado, que detém o dever de garantir sua adequada prestação e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo particular delegado, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público.

Acerca do regime jurídico dos agentes públicos no Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 14** Os agentes públicos ocupantes de cargo em comissão, por serem considerados servidores efetivos da Administração Pública, possuem direito adquirido à estabilidade após três anos de exercício, nos termos do art. 41 da Constituição Federal.

Julgue o item a seguir, à luz da doutrina e da jurisprudência acerca do poder de polícia administrativa.

- 15** A Administração Pública pode exercer o poder de polícia administrativa tanto em atividades típicas de fiscalização e imposição de sanções quanto na imposição de restrições individuais por meio de atos normativos de caráter geral, como portarias e regulamentos, desde que não extrapole os limites estabelecidos em lei, sob pena de desvio de poder ou abuso de autoridade.

## Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16** É inconstitucional — por violar a fé pública inerente aos atos do Ministério Público (CF/1988, art. 19, II), bem como os princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade — norma que exige o reconhecimento de firma de promotor de justiça para averbação de termo de reconhecimento de paternidade celebrado perante o órgão ministerial.
- 17** São inconstitucionais — pois violam os princípios da razoabilidade, da confiança legítima, da segurança jurídica, da razoável duração do processo, da dignidade da pessoa humana, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa — as portarias do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pelas quais foram anulados os atos administrativos que declaravam anistia política de cabos da Aeronáutica afastados da atividade pela Portaria n. 1.104/1964 do Ministério da Justiça.
- 18** As atribuições do cargo em comissão devem ser adequadas ao princípio da livre nomeação e investidura, ao vínculo de confiança entre os seus ocupantes e aqueles que o nomeiam e destinadas apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, além de guardar proporcionalidade em relação aos cargos efetivos (CF/1988, art. 37, II e V). Conforme jurisprudência desta Corte, as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas de forma clara e objetiva na própria lei que os cria, a fim de possibilitar a verificação de suas compatibilidades com os princípios constitucionais.

- 19** É constitucional — e não usurpa a competência legislativa privativa da União (CF/1988, art. 22, XXI) nem atribui competências típicas das polícias militares — lei estadual que regula, na respectiva polícia militar, a prestação voluntária de serviços de guarda de imóveis locais e de guarda de quartéis da corporação, desde que respeitadas as balizas dispostas na lei federal de regência.
- 20** É inconstitucional — por usurpar a competência da União para dispor sobre normas gerais de organização do Ministério Público (CF/1988, arts. 61, § 1º, II, “d”; 93, II; e 129, § 4º) e por afrontar o princípio da isonomia (CF/1988, arts. 5º, *caput*; e 19, III) — lei complementar estadual no que fixa o tempo de serviço público em geral como critério de desempate para a promoção, por antiguidade ou por merecimento, de membros do Ministério Público local.
- 21** É constitucional — e não ofende a diretriz constitucional da participação popular no âmbito do Sistema Único de Saúde (CF/1988, art. 198, III) — lei estadual que dispõe sobre programa de descentralização da execução de serviços públicos não exclusivos para as entidades do terceiro setor, desde que esse modelo de gestão seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal (CF/1988, art. 37, *caput*), sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas correspondentes quanto à utilização de verbas públicas.
- 22** É prescritível a pretensão executória e aplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.”
- 23** São inconstitucionais — por ofensa ao art. 225 da CF/1988 — normas estaduais que flexibilizam a concessão de licenciamento ambiental sem discriminar as atividades que poderão ter o processo simplificado; permitem, de forma genérica, a contratação de pessoas físicas ou jurídicas e a celebração de convênios para auxiliar no licenciamento ambiental; preveem a isenção de licenciamento mediante cadastro florestal para empreendimentos de silvicultura de pequeno porte e transferem a análise das questões relativas ao reassentamento de populações da fase de obtenção da Licença de Instalação (LI) para da fase da Licença de Operação (LO).
- 24** São inconstitucionais — por desvio de finalidade legislativa e por violarem o sistema de repartição de competências e o princípio da lealdade à Federação — normas municipais que, ao tratarem da preservação ambiental nas margens dos cursos d’água no município, dispõem sobre requisitos específicos para o licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas e para o reconhecimento de unidades de conservação ambiental, bem como declaram trecho de rio como monumento natural e patrimônio paisagístico e turístico da região.
- 25** É constitucional — por não apresentar vício de iniciativa, não configurando interferência indevida do Poder Executivo na gestão orçamentária da Defensoria Pública e não violar sua autonomia funcional, administrativa e financeira (CF/1988, arts. 5º, LXXIV; 24, XIII; 93, *caput*; 96, II e 134, *caput*, §§ 2º e 4º) — norma estadual originária do Poder Executivo que destina percentual dos recursos orçamentários da instituição à prestação de assistência judiciária suplementar por advogados privados.
- 26** Não se aplica a lei Maria da Penha: às relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais.

- 27 É constitucional — por não configurar violação às cláusulas pétreas e por respeitar os limites formais e materiais da Constituição Federal de 1988 — a Emenda Constitucional n. 96/2017 (CF/1988, art. 225, § 7º), que estabelece que práticas desportivas com animais, como a vaquejada, não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais registradas como patrimônio cultural imaterial e regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- 28 Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação é inadmissível a revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes ou exames invasivos com finalidade de causar humilhação. A prova obtida por esse tipo de revista é ilícita, salvo decisões judiciais em cada caso concreto.
- 29 É inconstitucional — pois afronta o dever de proteção ao meio ambiente (CF/1988, art. 225) — dispositivo de lei federal que, ao modificar o processo de compra de ouro, presume a legalidade da aquisição e a boa-fé do adquirente.
- 30 É constitucional — inclusive porque não há usurpação da competência legislativa da União para legislar sobre direito do trabalho (CF/1988, art. 22, I) — norma estadual que institui serviço voluntário no Ministério Público local, desde que interpretada de forma a não permitir a atribuição, aos voluntários, de quaisquer atividades típicas ou similares dos seus membros e servidores.

## Direitos Humanos

Alice Rocha

- 31 Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo estabelecem que os responsáveis pelo cumprimento da lei devem aplicar meios não violentos antes de recorrer ao uso da força e de armas de fogo, sendo que o uso da força deve ser proporcional à gravidade do delito e ao objetivo legítimo a ser alcançado.
- 32 O Decreto n. 12.341/2024 estabelece que o uso da força pelos profissionais de segurança pública deve observar os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência administrativa.
- 33 O Decreto n. 12.341/2024 prevê que é legítimo o uso de arma de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que não represente risco imediato de morte ou de lesão aos profissionais de segurança pública ou a terceiros.
- 34 Segundo os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo, quando ocorrer morte ou ferimento grave em decorrência do uso da força ou armas de fogo, deve ser enviado prontamente um relatório detalhado às autoridades administrativas ou judiciais competentes.

## Direito Civil

Cristiny Rocha

- 35 É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar; no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; e, no caso de atos praticados por incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- 36 A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno está fundamentada na teoria do risco administrativo, que admite, em regra, responsabilidade objetiva com possibilidade de excludentes; por sua vez, a cláusula geral de responsabilidade objetiva prevista no Código Civil de 2002 está relacionada à teoria do risco criado.

Acerca da administração nas sociedades limitadas, julgue o item a seguir.

- 37 A designação de administradores não sócios em sociedade limitada exige, em qualquer hipótese, a aprovação unânime dos sócios, independentemente da integralização do capital social.

## Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

A respeito dos métodos alternativos de resolução de conflitos, julgue o item a seguir.

- 38 O *dispute board* é uma forma de solução adequada de conflitos em que uma terceira pessoa imparcial, neutra e com capacitação técnica promove o diálogo entre as partes, com o objetivo de que elas alcancem um consenso, de maneira semelhante à mediação.

Acerca do procedimento da ação civil pública, julgue o item a seguir.

- 39 Nas ações civis públicas em que se pleiteie obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá determinar a execução específica da obrigação ou a imposição de multa diária, desde que haja requerimento expresso do autor da ação.

Acerca dos poderes do juiz e tutelas provisórias no processo civil, julgue o item a seguir.

- 40 De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz poderá, no processo civil, determinar as medidas que considerar adequadas para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional, ainda que não previstas expressamente em lei, em razão do poder geral de cautela.

## Direito Empresarial

Edilson Enedino

- 41 Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez decretada a falência, nos termos do artigo 82-A da Lei n. 11.101/2005, introduzido pela Lei n. 14.112/2020, ao Juízo falimentar caberá competência exclusiva para desconsiderar a personalidade jurídica.
- 42 Considerando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o credor pode desistir de agravo de instrumento interposto contra sentença que homologou o plano de recuperação judicial, ainda que as questões nele veiculadas sejam ordem pública e de interesse da coletividade dos credores da empresa em recuperação judicial.
- 43 Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido. Referida responsabilidade será subsidiária pelas obrigações assumidas pela referida instituição, durante sua gestão, até que se cumpram.

## Direito Internacional Público e Cooperação Internacional

Alice Rocha

- 44 A deportação de estrangeiro ocorre quando este entra ou permanece irregularmente no território nacional, sendo medida de polícia administrativa que independe de processo judicial, podendo ser determinada diretamente pela autoridade competente do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 45 O asilo político, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei n. 13.445/2017, pode ser concedido a estrangeiro que sofra perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, devendo o pedido ser analisado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).
- 46 Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o mar territorial brasileiro estende-se até doze milhas náuticas contadas a partir das linhas de base, sendo que na zona econômica exclusiva, que se estende até 200 milhas náuticas, o Brasil possui direitos soberanos para fins de exploração e aproveitamento dos recursos naturais.
- 47 A cooperação jurídica internacional ativa ocorre quando o Brasil solicita assistência a outro Estado para a prática de atos processuais necessários à instrução de processo em tramitação perante autoridade judiciária brasileira, podendo ser realizada por meio de carta rogatória ou auxílio direto.
- 48 Compete privativamente ao Departamento de Polícia Federal, no âmbito da cooperação policial internacional, coordenar e executar as atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, bem como exercer as funções de polícia judiciária da União relacionadas com infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.

- 49 De acordo com o Código de Processo Civil, a carta rogatória pode ser executada no Brasil independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça quando se tratar de ato que não implique exercício de jurisdição pelo juízo deprecante, como a mera coleta de informações ou notificações.
- 50 De acordo com o Decreto 12337/2024, são atribuições do adido policial federal adjunto prestar assistência técnica e administrativa ao Adido Policial Federal.

## Direito Penal

Douglas Vargas

- 51 A expressão contida no Código Penal dispondo qualificado o homicídio quando cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel cria fórmula genérica que, em caso excepcionalmente criado pelo legislador, permite o uso de analogia em prejuízo do acusado em Direito Penal.
- 52 A analogia não é forma de interpretação da lei penal, mas sim uma forma de preenchimento de um verdadeiro vazio jurídico, o qual não necessita de simples metodologia de interpretação, mas de resolução de uma lacuna legal.
- 53 O princípio da bagatela imprópria tem como fundamento legal a desnecessidade da pena. Parte, portanto, da premissa de que a função da pena não é mera retribuição, mas também a prevenção.
- 54 O princípio da individualização da pena materializa-se em apenas dois momentos: na definição, pelo legislador, do crime e de sua pena, e na imposição da pena pelo magistrado.
- 55 O princípio da confiança parte da premissa de que atitudes meramente internas do agente, como seus pensamentos, não devem ser objeto de sanção penal, haja vista que a sociedade espera que seus integrantes apresentem autocontrole na valoração das condutas derivadas de seus impulsos emocionais.
- 56 O princípio da defesa leva em consideração a nacionalidade do bem jurídico violado para permitir a aplicação da lei penal brasileira a crimes praticados no estrangeiro.
- 57 Não existe crime sem resultado.
- 58 No Brasil, adota-se a teoria do assentimento para o caso do dolo direito.
- 59 Para a doutrina dominante, o dolo é composto de dois fatores distintos: consciência e vontade.
- 60 O delito putativo por erro de tipo é também chamado de delito de alucinação.
- 61 A reparação do dano no arrependimento posterior é circunstância de natureza objetiva, e assim sendo, estende-se aos corréus.

- 62** O crime impossível, construção doutrinária amplamente aceita pela jurisprudência embora não encontre respaldo expresso no Código Penal, é também chamado de crime oco, quase crime ou tentativa inidônea.
- 63** No crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações as penas são aumentadas se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração pública.
- 64** O delito de advocacia administrativa só se configura se o interesse é ilegítimo. No caso de interesse legítimo, o fato é atípico, podendo, no entanto, ser considerada a improbidade administrativa, a depender do caso concreto.
- 65** Não se equipara a funcionário público aquele que exerce cargo em entidade paraestatal.
- 66** Se o agente auferir vantagem, ocorre causa de aumento de pena aplicável ao delito de Usurpação de função pública.
- 67** Quem reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação prática, em tese, modalidade qualificada do delito de Contrabando.
- 68** Caso o delito de contrabando ou o delito de descaminho sejam praticados em transporte aéreo, aplica-se em dobro a pena prevista no caput dos referidos artigos.
- 69** No crime de sonegação de contribuição previdenciária, é facultado ao magistrado deixar de aplicar a pena, ou aplicar somente a pena de multa, bastando que o agente seja primário e de bons antecedentes.
- 70** Prática crime de corrupção ativa aquele que prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.
- 71** O crime de reingresso de estrangeiro expulso não admite a forma culposa.
- 72** Prática delito de comunicação falsa de crime ou de contravenção aquele que se acusa, perante a autoridade, de crime inexistente.
- 73** A pena aplicável no crime conhecido como coação no curso do processo é aumentada se o processo envolver crime contra a honra.
- 74** No crime de exercício arbitrário das próprias razões, se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

## Direito Processual Penal

Douglas Vargas

- 75** Segundo a jurisprudência, o depoimento policial, quando coerente e corroborado por outras provas, pode fundamentar condenação criminal, ainda que a confissão extrajudicial seja inválida.
- 76** Segundo a jurisprudência, A busca e apreensão não pode ser realizada se não foi expedido um mandado físico. Assim sendo, não basta ter a autorização judicial, sendo o mandado indispensável.
- 77** O Monitoramento por câmeras em via pública para investigação de tráfico de drogas não configura ação controlada e dispensa autorização judicial prévia.
- 78** É cabível a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar nos casos em que a agente for gestante, desde que a partir do sétimo mês de gestação.
- 79** A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, ainda que o delito tenha sido cometido contra o próprio dependente da gestante.
- 80** A autoridade policial poderá conceder fiança nos casos de infração penal cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 5 anos.
- 81** Nos casos em que a fiança só pode ser arbitrada pelo magistrado, este decidirá sobre o requerimento em até setenta e duas horas.
- 82** Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada ou reduzida, mas nunca aumentada, haja vista que a referida medida permitiria arbitrariedade excessiva do magistrado no exercício da tutela processual.
- 83** Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento. A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- 84** Segundo consta expressamente no Código de Processo penal, a fiança será sempre definitiva.
- 85** Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória, a qual indicará o juiz deprecado e o deprecante, dentre outros requisitos.
- 86** Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias. Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

- 87 Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
- 88 O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação de todas as partes.
- 89 Na construção doutrinária, o habeas corpus coletivo é instituto não previsto expressamente no CPP, mas perfeitamente aceito pela jurisprudência vigente.
- 90 Compete ao STJ conhecer do pedido de habeas corpus, originariamente, sempre que os atos de violência ou coação forem atribuídos aos governadores ou interventores dos Estados ou Territórios.
- 91 A concessão do **habeas corpus** obsta ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- 92 Ainda que o **habeas corpus** seja concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
- 93 O paciente da petição de habeas corpus, caso encontre-se preso, terá sua apresentação escusada em caso de grave enfermidade.
- 94 As normas de suspeição do CPP são aplicáveis aos Magistrados e aos Membros do MP, não se estendendo, em nenhuma medida, aos peritos.
- 95 No procedimento utilizado para julgamento de crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, há uma notificação ao acusado que precede a sua citação.
- 96 O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, ato em que deverá declarar-se impedido de atuar no feito.
- 97 O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.
- 98 O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração penal perante o órgão correicional competente.

## Criminologia

Ronaldo Paiva

Em 2019, um renomado empresário foi acusado de cometer um crime ao desviar milhões de reais de um fundo de pensão público. Utilizando sua posição de influência, ele direcionava investimentos do fundo para empresas de fachada controladas por ele mesmo, inflando contratos e manipulando balanços financeiros para ocultar as irregularidades. O esquema prejudicou milhares de aposentados que dependiam do fundo, gerando um rombo bilionário. Após uma investigação minuciosa, o empresário foi preso e condenado por fraude, lavagem de dinheiro e corrupção, evidenciando como crimes de colarinho branco podem causar danos profundos à sociedade.

Tendo como base o texto referenciado julgue a assertiva a seguir.

- 99 A teoria da Associação Diferencial afirma que o comportamento criminoso não é inato, mas sim aprendido através da interação com outras pessoas, especialmente em grupos próximos, como amigos, familiares ou colegas.

A Escola de Chicago é uma corrente sociológica que surgiu na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, no início do século XX. Ela foi pioneira no estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente urbano, com foco em questões relacionadas à criminalidade, desvio social e desorganização social.

Com base no texto, julgue as assertivas a seguir.

- 100 Uma das ideias centrais da Escola de Chicago é que áreas urbanas marcadas por pobreza, diversidade cultural e alta mobilidade populacional sofrem com a desorganização social, o que enfraquece os laços comunitários e facilita o surgimento de comportamentos desviantes, como a criminalidade.

A Escola de Chicago é uma corrente sociológica que surgiu na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, no início do século XX. Ela foi pioneira no estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente urbano, com foco em questões relacionadas à criminalidade, desvio social e desorganização social.

Com base no texto, julgue a assertiva a seguir.

- 101 A Teoria Ecológica ou da Desorganização Social explica os fatores criminais como antropológicos, ontológicos e intrínsecos.

A teoria do Etiquetamento Social (ou Labelling Approach) é uma perspectiva sociológica que busca compreender como os processos de rotulação influenciam o comportamento desviante e a identidade dos indivíduos. Ela se popularizou a partir dos anos 1960, com contribuições de autores como Howard Becker e Edwin Lemert.

Com base no texto, julgue a assertiva a seguir.

- 102 Conforme preconizam os principais autores, o etiquetamento social deriva diretamente das relações de poder existentes entre as classes dominantes e as minorias.

**Direito Previdenciário**

Fernando Maciel

- 103** De acordo com a sistemática de financiamento da Seguridade Social, as contribuições sociais do empregador, da empresa e de entidade a ela equiparada, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, são de natureza tributária e não estão sujeitas à anterioridade anual, podendo ser instituídas ou majoradas e cobradas no mesmo exercício financeiro em que a lei que as criou ou aumentou for publicada, desde que observada a anterioridade nonagesimal.
- 104** A Lei n. 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê expressamente que o empregado que passa a contribuir como segurado facultativo mantém a qualidade de segurado por, no mínimo, doze meses após a cessação das contribuições como empregado, independentemente do número de contribuições vertidas e ainda que não esteja em gozo de benefício.
- 105** O auxílio por incapacidade temporária é um benefício previdenciário que exige, via de regra, o cumprimento de 12 (doze) contribuições mensais de carência, sendo devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, mas que não apresente caráter permanente.
- 106** Para que o dependente faça jus à pensão por morte, exige-se a comprovação da dependência econômica, que, para o cônjuge, companheiro e filho menor de 21 anos, é presumida, exceto se emancipado.
- 107** As ações judiciais que visam ao reconhecimento do direito a benefícios previdenciários, por se tratar de direitos fundamentais sociais, não se sujeitam à decadência nem à prescrição das parcelas vencidas anteriores ao ajuizamento da ação.
- 108** O crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP) exige, para sua configuração, a supressão ou redução de contribuição social previdenciária mediante as condutas fraudulentas típicas, sendo imprescindível a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa antes da persecução penal.
- 109** O crime de estelionato contra o INSS (art. 171, § 3º, do CP) se distingue do crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A do CP) pelo fato de que, no estelionato, o ardil ou o engodo é empregado diretamente contra a vítima (INSS), enquanto na inserção de dados falsos, a fraude ocorre através de uma conduta de funcionário público que insere ou facilita a inserção de dados falsos em sistema informatizado, visando a obter vantagem indevida para si ou para outrem.
- 110** O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B do CP), no contexto previdenciário, pode ser imputado a um servidor público que, sem autorização, altera dados no sistema do INSS para impedir o acesso a informações sobre o valor do débito previdenciário de um terceiro, visando a causar dano à Administração.

**Direito Financeiro**

Anderson Ferreira

- 111** No que se refere à classificação da receita pública, o recebimento de recursos, pela União, oriundo da alienação de bens enquadra-se como receita primária.
- 112** Quanto à classificação da despesa pública, classificam-se como despesas de capital os dispêndios orçamentários com juros e encargos da dívida.

**Direito Tributário**

Renato Grilo

- 113** A legislação tributária pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- 114** O adquirente ou remitente serão pessoalmente responsáveis pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- 115** Independentemente da possibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo pelos filhos, os pais respondem solidariamente com eles nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.
- 116** São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- 117** A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, sendo dosada pela natureza e extensão dos efeitos do ato.
- 118** A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

**Direito Ambiental**

Renato Pulz

- 119** Segundo a Constituição Federal, em texto alterado por emenda em 2017, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais.
- 120** A Constituição Federal prevê que o estudo prévio de impacto ambiental deverá ser realizado na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

**Discursiva**

Carla Alves

**QUESTÃO 1**

Mévio, em concurso com Caio, ambos imputáveis, na execução de roubo a uma agência da Caixa Econômica Federal, amarraram Tício, gerente dessa agência, ameaçaram-no e o torturaram fisicamente, obrigando-o, de forma irresistível, a abrir o cofre. Mévio e Caio lograram êxito em recolher grande soma em dinheiro e deixaram o local, dando ensejo à consumação do delito. Nessa situação hipotética, com base no Código Penal e na doutrina majoritária, discorra, de forma clara, fundamentada e objetiva sobre os seguintes pontos:

1. Diferencie coação física irresistível e coação moral irresistível, abordando as consequências jurídicas de cada uma.
2. Analise se Tício, gerente da agência bancária, deverá responder pelo crime, justificando sua resposta.

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |

**QUESTÃO 2**

Considera a seguinte situação hipotética:

*Durante uma operação policial em uma comunidade, que visava dismantelar atividades ilícitas, um disparo de arma de fogo atingiu fatalmente um morador. A perícia foi inconclusiva quanto à origem do projétil.*

Diante desse cenário, disserte, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acerca do cabimento da responsabilidade civil do Estado em decorrência da morte do referido morador. Aborde, em seu texto, os elementos atinentes à caracterização da responsabilidade civil do Estado, com menção à teoria adotada, via de regra, pelo ordenamento jurídico brasileiro.

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |

**QUESTÃO 3**

A partir de indícios de crimes supostamente cometidos por um Senador durante o mandato e relacionados a ele, a autoridade policial instaurou inquérito para investigar os fatos.

Considerando essa situação hipotética, disserte, com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência, os seguintes aspectos do foro por prerrogativa de função e sua repercussão na investigação criminal:

- I. Definição e âmbito de aplicação do foro por prerrogativa de função;
- II. Aplicabilidade do foro por prerrogativa de função no caso em questão;
- III. Formalidades especiais para instauração e indiciamento do Parlamentar;
- IV. Atribuição para realizar o indiciamento.

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |

**PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

A Polícia Federal instaurou inquérito policial para investigar uma operação de grande envergadura visando combater o tráfico internacional de armas que abastece organizações criminosas no Brasil. A investigação, que teve origem a partir da apreensão de 10 fuzis em uma operação de rotina no Galeão, revelou um esquema altamente organizado, responsável pelo envio de milhares de fuzis oriundos de Miami, nos Estados Unidos, para o Rio de Janeiro.

Segundo as investigações da Polícia Federal, há indícios de que funcionários do aeroporto, de companhias aéreas e servidores da Receita Federal estejam envolvidos no esquema. Com base em atividades de inteligência e provas testemunhais, apurou-se que o grupo se divide em núcleos e atua de forma organizada.

Um dos núcleos é responsável pelo embarque das malas com armas de fogo, acessórios e munições de uso restrito, valendo-se de funcionários do aeroporto com acesso a áreas restritas, que colocam a bagagem dentro dos aviões sem submetê-la a inspeção aeroportuária.

Por sua vez, funcionários de empresas aéreas são responsáveis por providenciar a duplicação irregular de etiquetas de bagagem com o nome de passageiros que não estão envolvidos no esquema e não sabem que seus nomes estão sendo indevidamente usados.

Ao chegarem ao Brasil, outro núcleo, composto por funcionários do Galeão, encontra-se com os passageiros, ainda na porta da aeronave, e os acompanha até o canal aduaneiro, onde um servidor da Receita permite a passagem da mala.

Diligências de inteligência revelaram que uma das funcionárias do Galeão entrará em licença-maternidade e que o grupo pretende recrutar uma nova integrante.

Considerando os limites de atuação da polícia judiciária e a necessidade de colher elementos probatórios, na qualidade de Delegado de Polícia que preside o procedimento relativo aos fatos narrados, redija a peça processual adequada para obtenção de provas e dismantelamento da rede criminosa que facilita a entrada dessas armas no território brasileiro. Dispense os fatos. Fundamente e motive. (até 90 linhas)

**RASCUNHO**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

|    |  |
|----|--|
| 31 |  |
| 32 |  |
| 33 |  |
| 34 |  |
| 35 |  |
| 36 |  |
| 37 |  |
| 38 |  |
| 39 |  |
| 40 |  |
| 41 |  |
| 42 |  |
| 43 |  |
| 44 |  |
| 45 |  |
| 46 |  |
| 47 |  |
| 48 |  |
| 49 |  |
| 50 |  |
| 51 |  |
| 52 |  |
| 53 |  |
| 54 |  |
| 55 |  |
| 56 |  |
| 57 |  |
| 58 |  |
| 59 |  |
| 60 |  |
| 61 |  |

|    |  |
|----|--|
| 62 |  |
| 63 |  |
| 64 |  |
| 65 |  |
| 66 |  |
| 67 |  |
| 68 |  |
| 69 |  |
| 70 |  |
| 71 |  |
| 72 |  |
| 73 |  |
| 74 |  |
| 75 |  |
| 76 |  |
| 77 |  |
| 78 |  |
| 79 |  |
| 80 |  |
| 81 |  |
| 82 |  |
| 83 |  |
| 84 |  |
| 85 |  |
| 86 |  |
| 87 |  |
| 88 |  |
| 89 |  |
| 90 |  |



POLÍCIA FEDERAL  
2º SIMULADO  
DELEGADO (PÓS-EDITAL)

GABARITO

|          |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Item     | 1   | 2   | 3   | 4   | 5   | 6   | 7   | 8   | 9   | 10  |
| Gabarito | E   | C   | E   | E   | C   | E   | E   | E   | C   | C   |
| Item     | 11  | 12  | 13  | 14  | 15  | 16  | 17  | 18  | 19  | 20  |
| Gabarito | E   | C   | C   | E   | C   | C   | C   | C   | C   | C   |
| Item     | 21  | 22  | 23  | 24  | 25  | 26  | 27  | 28  | 29  | 30  |
| Gabarito | C   | E   | C   | C   | E   | E   | C   | C   | C   | C   |
| Item     | 31  | 32  | 33  | 34  | 35  | 36  | 37  | 38  | 39  | 40  |
| Gabarito | C   | E   | E   | C   | C   | C   | E   | E   | E   | C   |
| Item     | 41  | 42  | 43  | 44  | 45  | 46  | 47  | 48  | 49  | 50  |
| Gabarito | E   | C   | E   | C   | E   | C   | C   | C   | E   | C   |
| Item     | 51  | 52  | 53  | 54  | 55  | 56  | 57  | 58  | 59  | 60  |
| Gabarito | E   | C   | C   | E   | E   | C   | C   | E   | C   | C   |
| Item     | 61  | 62  | 63  | 64  | 65  | 66  | 67  | 68  | 69  | 70  |
| Gabarito | C   | E   | C   | E   | E   | E   | E   | C   | E   | E   |
| Item     | 71  | 72  | 73  | 74  | 75  | 76  | 77  | 78  | 79  | 80  |
| Gabarito | C   | E   | E   | C   | C   | C   | C   | E   | E   | E   |
| Item     | 81  | 82  | 83  | 84  | 85  | 86  | 87  | 88  | 89  | 90  |
| Gabarito | E   | E   | C   | C   | C   | E   | C   | E   | E   | E   |
| Item     | 91  | 92  | 93  | 94  | 95  | 96  | 97  | 98  | 99  | 100 |
| Gabarito | E   | E   | C   | E   | C   | E   | C   | E   | C   | C   |
| Item     | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 |
| Gabarito | E   | E   | C   | E   | C   | C   | E   | C   | C   | C   |
| Item     | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 |
| Gabarito | C   | E   | E   | C   | E   | C   | E   | C   | E   | C   |

# ASSINATURA ILIMITADA X

**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



## **FACILITE SEUS ESTUDOS:**

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



## **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



## **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



## **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



## **NÚMEROS GRANDES:**

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



## **TUDO NA SUA MÃO:**

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

### **Contato para vendas:**

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



**Quero ser assinante ilimitado agora**

## PF - 2º SIMULADO - DELEGADO (PÓS-EDITAL)

### Noções de Direito Administrativo

Vinicius Marques

Sobre os poderes administrativos e seus limites, julgue o item a seguir.

- 1 O poder discricionário permite à Administração Pública afastar-se da legalidade estrita, adotando decisões que melhor atendam ao interesse público, ainda que em desconformidade com os princípios gerais da administração, desde que não haja desvio de finalidade.

#### Errado.

**Assunto abordado:** Poder discricionário e legalidade administrativa. O poder discricionário não afasta a legalidade, mas opera dentro dos limites legais, conferindo à Administração certa margem de escolha nos aspectos conveniência e oportunidade, e, em algumas hipóteses, quanto ao conteúdo do ato. Isso não significa que o administrador possa atuar em desconformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37, caput, da CF/1988), tampouco desrespeitar os limites legais expressos.

A doutrina é unânime nesse sentido. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “discricionariedade é liberdade dentro da lei”, não fora dela. Maria Sylvia Di Pietro reforça que “o administrador age com discricionariedade apenas quando a norma lhe confere liberdade de escolha dentro de critérios jurídicos”.

A jurisprudência do STF também afasta a ideia de que a discricionariedade seja ilimitada:

“A discricionariedade administrativa não se confunde com arbitrariedade. Os atos discricionários devem observar os princípios da legalidade, moralidade, proporcionalidade, razoabilidade e finalidade.”

Portanto, qualquer afastamento dos princípios gerais da Administração, ainda que sob a justificativa de atender ao interesse público, configura abuso de poder, e o ato será inválido.

A respeito das espécies de agentes públicos, julgue o item a seguir.

- 2 Luther Stickell, ex-agente da ABIN, durante uma operação sigilosa de cooperação com a Polícia Federal, age em conjunto com policiais federais, sem vínculo formal com o Estado, mas praticando atos típicos de agente público, como abordagens, lavratura de autos e condução de pessoas à delegacia. Nessa hipótese, Luther é considerado agente de fato, sendo válidos os atos que praticar perante terceiros de boa-fé.

#### Certo.

**Assunto abordado:** Agente de fato e validade dos atos administrativos. A situação apresentada refere-se ao agente de fato, também conhecido como funcionário de fato. Trata-se de pessoa que, sem investidura regular no cargo público, exerce funções típicas da Administração, com aparência de legitimidade e em situações excepcionais ou de necessidade pública, produzindo atos tidos por válidos em relação a terceiros de boa-fé.

Conforme leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro, agente de fato é aquele que “exerce a função administrativa sem ter sido investido regularmente, mas cujos atos, praticados com aparência de legalidade, são tidos por válidos para resguardar a segurança jurídica”.

A jurisprudência do STF reconhece a doutrina da aparência e a teoria da legitimidade dos atos do agente de fato, especialmente para proteger a confiança legítima do administrado:

“O reconhecimento da validade dos atos praticados por agente de fato decorre da necessidade de proteção da boa-fé de terceiros e da segurança jurídica.”

Assim, mesmo sem nomeação formal ou vínculo funcional, Luther Stickell atuou sob situação de colaboração excepcional e aparente legalidade, razão pela qual seus atos produzem efeitos válidos perante terceiros, desde que não haja má-fé ou usurpação deliberada da função.

Acerca da teoria dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

- 3 Durante uma investigação interna, constatou-se que o Delegado John McClane assinou uma portaria instaurando sindicância disciplinar em desfavor de servidor já falecido. Embora eivada de vício quanto à inexistência do objeto, a Administração pode convalidar o ato, desde que isso atenda ao interesse público e respeite os princípios da razoabilidade e da autotutela.

#### Errado.

**Assunto abordado:** Atos Administrativos.

A convalidação é a correção retroativa de atos administrativos que apresentam vícios sanáveis, seja de forma ou de competência, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, conforme a Súmula 473 do STF:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

No caso proposto, há inexistência de objeto: instaurar sindicância contra pessoa falecida implica ato administrativo inexistente, pois falta um dos elementos essenciais, o objeto possível e lícito. Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que “a inexistência do objeto impede qualquer produção jurídica válida, pois o ato sequer chega a existir como fato jurídico”.

A doutrina classifica a inexistência como vício insanável, pois afeta a própria estrutura lógica do ato administrativo. E, segundo o STJ, “não se admite convalidação de ato administrativo inexistente, por ausência de um de seus elementos essenciais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade e da moralidade.”

Portanto, não é possível a convalidação de ato nulo por inexistência de objeto, sendo obrigatória sua anulação de ofício pela Administração, no exercício do poder-dever de autotutela.

Julgue o item a seguir, relativo aos atos administrativos e ao controle de sua legalidade.

- 4 A Administração Pública possui competência discricionária para revogar seus próprios atos, ainda que esses atos tenham gerado efeitos concretos e direitos adquiridos ao administrado, desde que não haja vício de legalidade.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Revogação de ato administrativo.

A revogação é o desfazimento de ato administrativo válido, por razões de conveniência e oportunidade, no exercício do poder discricionário da Administração. Contudo, esse poder não é absoluto, devendo respeitar os direitos adquiridos e os efeitos concretos já produzidos. Segundo a clássica Súmula 473 do STF:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Portanto, atos que já tenham gerado efeitos concretos e instaurado relações jurídicas estáveis não podem ser revogados, sob pena de afronta à segurança jurídica e à confiança legítima do administrado. Tal entendimento é reforçado pela jurisprudência atual do STF e STJ, especialmente em temas como anulação de nomeações, concessões e aposentadorias.

A doutrina também é pacífica nesse sentido. Para Di Pietro, “a revogação não pode atingir atos que já produziram efeitos jurídicos, salvo se forem precários”.

Assim, embora a revogação seja expressão do poder discricionário, ela não pode suprimir situações consolidadas, nem ferir o princípio da segurança jurídica, consagrado no art. 2º, parágrafo único, inciso XIII, da Lei n. 9.784/1999.

A respeito do poder de polícia administrativa, julgue o item a seguir.

- 5 O agente público John Castilho, em exercício na vigilância sanitária federal, interditou preventivamente o laboratório de uma multinacional por risco grave à saúde pública, sem ordem judicial e antes de instaurado processo administrativo. Nessa situação, a conduta é legítima, pois o poder de polícia permite atuação imediata e coercitiva para prevenção de danos, mesmo antes do contraditório e da ampla defesa.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Poder de polícia administrativa — atributos e limites.

Perfeito. O poder de polícia administrativa consiste na prerrogativa conferida ao Estado para restringir o exercício de direitos individuais em prol do interesse coletivo, especialmente para proteger a ordem pública, a saúde, a segurança e o meio ambiente.

Segundo Helly Lopes Meirelles, trata-se do “conjunto de atribuições conferidas à Administração Pública para condicionar e restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, em benefício da coletividade”.

A atuação do agente John Castilho está respaldada no atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo, ou seja, dispensa autorização judicial prévia, desde que haja previsão legal e urgência na proteção do interesse público.

A Lei n. 6.437/1977, que trata das infrações à legislação sanitária federal, prevê a possibilidade de interdição cautelar de estabelecimentos que apresentem risco à saúde pública.

A jurisprudência do STJ valida tal medida:

“É legítima a interdição preventiva de estabelecimento pela vigilância sanitária, sem necessidade de ordem judicial, quando presentes o risco à saúde pública e previsão legal para tanto.”

Embora o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LV, CF/1988) sejam garantias constitucionais, sua efetivação pode se dar em momento posterior à medida cautelar. A urgência justifica a atuação prévia, com a posterior abertura do processo administrativo para assegurar a defesa do interessado.

Acerca dos critérios utilizados para a definição do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 6 A adoção do critério do sujeito, que identifica o Direito Administrativo a partir da atuação do Estado como sujeito da relação jurídica, é compatível com a concepção jurídico-constitucional atual, pois permite incluir na noção de função administrativa os atos praticados pelos entes estatais, independentemente de sua natureza ou finalidade.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Critérios de conceituação do Direito Administrativo. O critério do sujeito — também chamado critério orgânico — define o Direito Administrativo com base no ente que realiza a atividade, ou seja, toda atuação da Administração Pública estaria incluída, por ser praticada pelo Estado.

Contudo, essa abordagem é insuficiente e conceitualmente imprecisa, uma vez que nem toda atividade estatal é administrativa. Por exemplo, os Poderes Legislativo e Judiciário, embora sejam entes públicos, exercem predominantemente funções típicas (legislar e julgar), não administrativas, e muitas de suas atuações não se submetem ao regime jurídico-administrativo.

Conforme salienta Celso Antônio Bandeira de Mello, o critério do sujeito é criticado por ser “muito largo e inoperante, pois leva à falsa conclusão de que todo ato do Estado seria administrativo” (Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., 2017).

A jurisprudência do STF também rejeita essa ampliação indevida da noção de função administrativa. Vejam o que o Supremo recentemente afirmou:

“A função administrativa não pode ser confundida com a função legislativa ou jurisdicional, ainda que estas exerçam, de modo atípico, funções administrativas. A delimitação das funções do Estado é matéria de índole constitucional e não pode ser ignorada sob pena de esvaziamento das garantias institucionais.” (STF, Pleno, Rel. Min. Sydney Sanches)

Logo, a função administrativa deve ser definida não pelo sujeito, mas pela natureza da atividade desempenhada, isto é, atividade concreta, executiva, voltada à consecução direta do interesse público, sob regime jurídico de direito público.

Assim, o **critério funcional-finalístico** (ou teleológico) é considerado o mais adequado pela doutrina contemporânea e pelo STF.

Com relação ao objeto do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 7 O objeto do Direito Administrativo restringe-se à disciplina jurídica das atividades da Administração Pública direta, não abrangendo as atividades desempenhadas pelas entidades privadas que exercem funções públicas por delegação do Estado.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Objeto do Direito Administrativo.

O item está **errado**, pois o objeto do Direito Administrativo é mais amplo do que a atuação da Administração Pública direta.

A disciplina jurídico-administrativa também abrange os entes e particulares que exercem funções públicas delegadas, sob regime jurídico de direito público.

O Direito Administrativo tem por objeto a organização, os meios e as atividades do Estado voltadas à satisfação direta e imediata do interesse público, além das relações jurídicas decorrentes da atuação administrativa, inclusive aquelas realizadas por delegação a entes privados, como concessionárias, permissionárias e entidades do terceiro setor. Nesse sentido, a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro é clara:

“O objeto do Direito Administrativo não é apenas a Administração Pública direta e indireta, mas todas as atividades que se submetem ao regime jurídico-administrativo, inclusive aquelas realizadas por particulares no desempenho de função pública.”

(Direito Administrativo, 36ª ed., 2023)

A própria Constituição Federal, em seu art. 175, trata da delegação de serviços públicos a particulares:

"Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

Essa previsão reforça que a prestação de serviço público por particular, mediante delegação, submete-se ao regime jurídico-administrativo e, portanto, é objeto de estudo do Direito Administrativo.

Além disso, o STF já firmou jurisprudência no mesmo sentido:

“As concessionárias de serviço público, mesmo sendo pessoas jurídicas de direito privado, estão sujeitas ao regime jurídico próprio do Direito Administrativo no tocante à execução do serviço delegado.”

Portanto, restringir o objeto do Direito Administrativo à Administração direta é concepção ultrapassada, incompatível com o regime jurídico constitucional e com a doutrina e jurisprudência dominantes.

Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 8 A jurisprudência constitui fonte formal imediata do Direito Administrativo, possuindo força vinculante em todos os seus pronunciamentos, inclusive os não dotados de efeito vinculante expreso, como os precedentes proferidos em casos repetitivos ou com repercussão geral reconhecida.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Fontes do Direito Administrativo.

O item está **errado**, pois nem toda jurisprudência constitui fonte formal imediata com força vinculante no Direito Administrativo.

A jurisprudência, de fato, é uma fonte formal secundária ou mediata — excetuando-se os casos em que a própria Constituição ou legislação lhe confere força vinculante, como nos julgamentos com repercussão geral e nas decisões em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, a jurisprudência é “fonte mediata e não criadora, mas interpretativa do Direito Administrativo”, cuja eficácia pode variar conforme o tipo de decisão proferida.

O STF distingue expressamente entre decisões com e sem força vinculante:

“Não se deve confundir jurisprudência dominante com jurisprudência vinculante. Apenas as decisões proferidas com efeito vinculante, nos termos da Constituição, obrigam os demais órgãos do Judiciário e da Administração Pública.”

Já a Constituição Federal confere efeito vinculante às seguintes decisões:

- Súmulas vinculantes do STF:

"Art. 103-A, caput, CF: O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, [...] aprovar súmula com efeito vinculante..."

1. Decisões com repercussão geral (art. 102, § 2º, CF):

“As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante.”

- Julgamentos em recursos repetitivos (art. 927, CPC):

“Os juízes e tribunais observarão: [...] V – a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.”

Logo, nem todo entendimento jurisprudencial vincula automaticamente a Administração Pública ou o Judiciário, razão pela qual não se pode afirmar que toda jurisprudência constitui fonte formal imediata e vinculante do Direito Administrativo.

Acerca dos princípios que regem a Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 9 O princípio da impessoalidade impede que o agente público utilize a máquina administrativa para promover sua imagem pessoal, mesmo que os atos praticados tenham finalidade pública, sendo vedada a vinculação de programas e campanhas institucionais à identidade de autoridades ou servidores públicos, conforme consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Princípio da impessoalidade.

Isso mesmo. O princípio da impessoalidade, previsto expressamente no caput do art. 37 da Constituição Federal, impede a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ainda que os atos praticados visem ao interesse público.

“Art. 37, caput, CF: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”

A impessoalidade exige que a atuação administrativa esteja desvinculada da pessoa do agente público. Tal princípio garante que os atos administrativos sejam praticados em nome da instituição, e não do agente, e que a legitimidade da ação estatal decorra da norma, e não da figura pessoal de quem a executa.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona:

“O princípio da impessoalidade traduz a ideia de que a Administração Pública tem de tratar a todos os administrados sem discriminações ou favorecimentos; significa, ainda, que os atos administrativos não são imputáveis ao agente, e sim ao órgão ou entidade pública.”

(Direito Administrativo, 36ª ed., 2023)

A Jurisprudência do STF também é firme nesse sentido:

“O uso da publicidade institucional para promoção pessoal de autoridade pública viola o princípio da impessoalidade.”

Acerca do conceito e da classificação dos órgãos públicos, julgue o item a seguir.

- 10 Michael B. Jordan, nomeado para cargo comissionado de direção na Secretaria de Segurança Pública de determinado Estado, propôs a criação de um novo setor subordinado à sua chefia imediata, com autonomia técnico-administrativa, estrutura própria e previsão orçamentária específica. Diante disso, propôs que tal setor fosse reconhecido como órgão público autônomo. Nessa situação, embora o setor possua estrutura e competências próprias, não pode ser classificado como órgão autônomo, pois apenas os órgãos que se situam na cúpula da Administração — como Ministérios ou Secretarias de Estado — é que recebem tal classificação, conforme a doutrina majoritária.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Órgãos públicos: conceito e classificação.

# ASSINATURA ILIMITADA X

**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



## FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



## TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



## VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



## TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



## NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



## TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

**Contato para vendas:**

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



**Quero ser assinante ilimitado agora**